



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**  
**(Da Sra. Dayany Bittencourt)**

*Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, para criar a Lei Juliana Marins, para que a assistência consular compreenda o custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido do exterior, e dá outras providências.*

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, para criar a Lei Juliana Marins, para que a assistência consular compreenda o custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido do exterior, e dá outras providências.

**Art. 2º** A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Seção IV**

**Da assistência consular**

*Art. 105-A. A assistência consular compreende:*

*I - o acompanhamento de casos de acidentes, hospitalização, falecimento e prisão no exterior;*

*II - a localização e a repatriação de nacionais brasileiros;*

*III - o apoio em casos de conflitos armados e catástrofes naturais; e*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

*IV - custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido do exterior.*

*§ 1º A assistência consular também compreende o custeio das despesas com hospitalização, bem como os itens médicos e o atendimento emergencial em situações de caráter humanitário.*

*§ 2º A assistência consular observará as disposições do direito internacional e das leis locais do país em que a representação do País no exterior estiver sediada.” (NR)*

**Art. 3º** Poderão ser firmadas parcerias com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, com vistas a apoiar tecnicamente a execução e o aperfeiçoamento da assistência consular, conforme regulamento.

**Art. 4º** As despesas com a execução da assistência consular prevista nesta lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

**Art. 5º** Os custos decorrentes da assistência consular previsto nesta lei poderão ser compensados pela utilização de recursos não vinculados do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), criado pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, de livre aplicação do Tesouro Nacional, observada previsão na lei orçamentária anual.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

Parágrafo único. Os custos decorrentes da assistência consular previsto no art. 2º:

I - somente poderão ser implementados na medida da compensação anualmente prevista nas leis orçamentárias anuais;

II - poderão ser mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da publicação desta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de lei, que altera a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) para incluir a assistência consular no custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de brasileiros falecidos no exterior, surge diante de uma lacuna humanitária no ordenamento jurídico brasileiro. O projeto, batizado de Lei Juliana Marins<sup>1</sup> em homenagem à jovem brasileira vítima de um trágico acidente na Indonésia, visa corrigir uma grave omissão do Estado, que hoje deixa famílias em situação de desamparo em momentos de imensa dor e vulnerabilidade.

O caso de Juliana Marins<sup>2</sup>, que perdeu a vida em um acidente durante uma trilha no vulcão Rinjani, na Indonésia, expôs a insensibilidade da atual legislação. O Ministério das Relações Exteriores<sup>3</sup>, amparado pelo art. 257 do Decreto nº 9.199/2017, negou-se a custear o traslado de seu corpo, deixando a família em desespero e obrigando-a a arcar com elevadas despesas em meio ao luto. Essa postura não apenas viola princípios humanitários, como também contradiz o próprio espírito da Lei de Migração<sup>4</sup>, que em seu art. 3º, inciso XIX, estabelece como diretriz a "proteção ao brasileiro no exterior". Se o Estado brasileiro tem o dever de acolher e proteger seus cidadãos, é inadmissível que negue assistência justamente quando mais necessária: no momento da morte.

Além disso, a incoerência da política consular atual fica ainda mais evidente quando comparada a outros casos em que o governo federal mobilizou recursos para auxiliar não nacionais, como ocorreu com a ex-

<sup>1</sup> Brasileira Juliana Marins é encontrada morta em vulcão na Indonésia, disponível em: < [https://veja.abril.com.br/brasil/brasileira-juliana-marins-e-encontrada-morta-em-vulcao-na-indonesia/#google\\_vignette](https://veja.abril.com.br/brasil/brasileira-juliana-marins-e-encontrada-morta-em-vulcao-na-indonesia/#google_vignette) >

<sup>2</sup> Pai diz que Juliana Marins se foi 'fazendo o que mais gostava' e posta despedida: 'Certeza de nos reencontrarmos um dia', disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/06/25/pai-diz-que-filha-se-foi-fazendo-o-que-mais-gostava-e-posta-despedida-certeza-de-nos-reencontrarmos-um-dia.ghtml> >

<sup>3</sup> Brasileira morta em vulcão: traslado não pode ser custeado por governo, disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasileira-morta-em-vulcao-traslado-nao-pode-ser-custeado-por-governo/> >

<sup>4</sup> Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm) >





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

primeira-dama do Peru, Nadine Heredia<sup>5</sup>, que foi trazida ao Brasil com custos cobertos pelo erário público. Se o país pode agir com generosidade em situações que envolvem interesses supostamente diplomáticos, por que não faz o mesmo quando se trata de seus próprios cidadãos? A soberania nacional não se resume a fronteiras geográficas; ela se consolida no compromisso de amparar os brasileiros onde quer que estejam, especialmente em situações extremas como a perda de um ente querido.

Do ponto de vista diplomático, não há justificativa para a omissão. O Brasil mantém relações estratégicas com a Indonésia desde 1953<sup>6</sup>, o que facilitaria a coordenação logística em casos como o de Juliana. A ausência de um mecanismo legal para custear o traslado de corpos não só desrespeita as famílias enlutadas, como também enfraquece a imagem do país no cenário internacional, transmitindo a mensagem de que o Estado brasileiro negligencia seus cidadãos em momentos cruciais.

É imperativo destacar o aspecto humano dessa tragédia. Famílias como a de Juliana são submetidas a uma dupla dor: a perda irreparável e o desamparo institucional. Enquanto o corpo de um ente querido permanece em um país distante, os parentes enfrentam obstáculos burocráticos e financeiros que agravam o sofrimento. Se o Estado não pode reverter a morte, ao menos deve assegurar que seus cidadãos tenham direito a um sepultamento digno em sua terra natal.

Além do imperativo humanitário, a presente proposta demonstra rigorosa responsabilidade fiscal, assegurando que a criação de novas obrigações para a União — como o custeio de despesas com sepultamento, traslado de corpos, hospitalização e atendimento emergencial a brasileiros no exterior — não onere indevidamente os cofres públicos ou gere aumento

<sup>5</sup> Brasil deu asilo a ex-primeira-dama do Peru por razões humanitárias, diz Mauro Vieira, disponível; < <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/04/18/entrevista-mauro-vieira.ghtml> >

<sup>6</sup> República da Indonésia, disponível em: < <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-indonesia> >





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

de impostos. Para tanto, o projeto de lei estabelece um mecanismo financeiro equilibrado, dividido em duas etapas:

**No primeiro momento**, as despesas decorrentes da assistência consular serão cobertas por dotações orçamentárias já consignadas anualmente aos órgãos competentes, respeitando os limites legais de movimentação, empenho e pagamento previstos na programação orçamentária. Essa medida garante que a execução da política não dependa de novas fontes de arrecadação, mas sim de uma realocação eficiente de recursos dentro do orçamento existente.

**No segundo momento**, a proposta prevê a opção de utilização de recursos não vinculados do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para mitigar possíveis impactos fiscais. Embora o Fistel tenha como finalidade precípua custear a fiscalização dos serviços de telecomunicações (conforme a Lei nº 5.070/1966), seu art. 3º autoriza expressamente a transferência de excedentes ao Tesouro Nacional para aplicação em outras prioridades. Essa flexibilidade permite que o governo federal direcione parte desses recursos — sem prejuízo das atividades essenciais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — para financiar políticas de assistência consular, em especial em situações emergenciais e humanitárias.

Vale destacar que essa solução não representa um desvio de finalidade, mas sim o aproveitamento de um instrumento legal já existente, que prevê a alocação de recursos em áreas estratégicas conforme as necessidades do Estado. Além disso, o projeto impõe limites temporais (cinco anos) e condicionantes orçamentários, assegurando que a medida não gere desequilíbrio fiscal prolongado.

Dessa forma, a proposição combina eficiência administrativa e prudência econômica, garantindo que o amparo aos cidadãos brasileiros no exterior não se torne um ônus insustentável para o erário público. Ao mesmo tempo em que cumpre seu dever humanitário, o Estado mantém o





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

compromisso com a gestão responsável dos recursos, sem recorrer a medidas extremas como aumento de tributos ou cortes em outras áreas essenciais. Trata-se, portanto, de uma solução viável, equilibrada e alinhada aos princípios constitucionais da boa administração pública.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Gabinete Parlamentar, em 26 de junho de 2025.

  
Deputada **DAYANY BITTENCOURT**  
UNIÃO/CE

